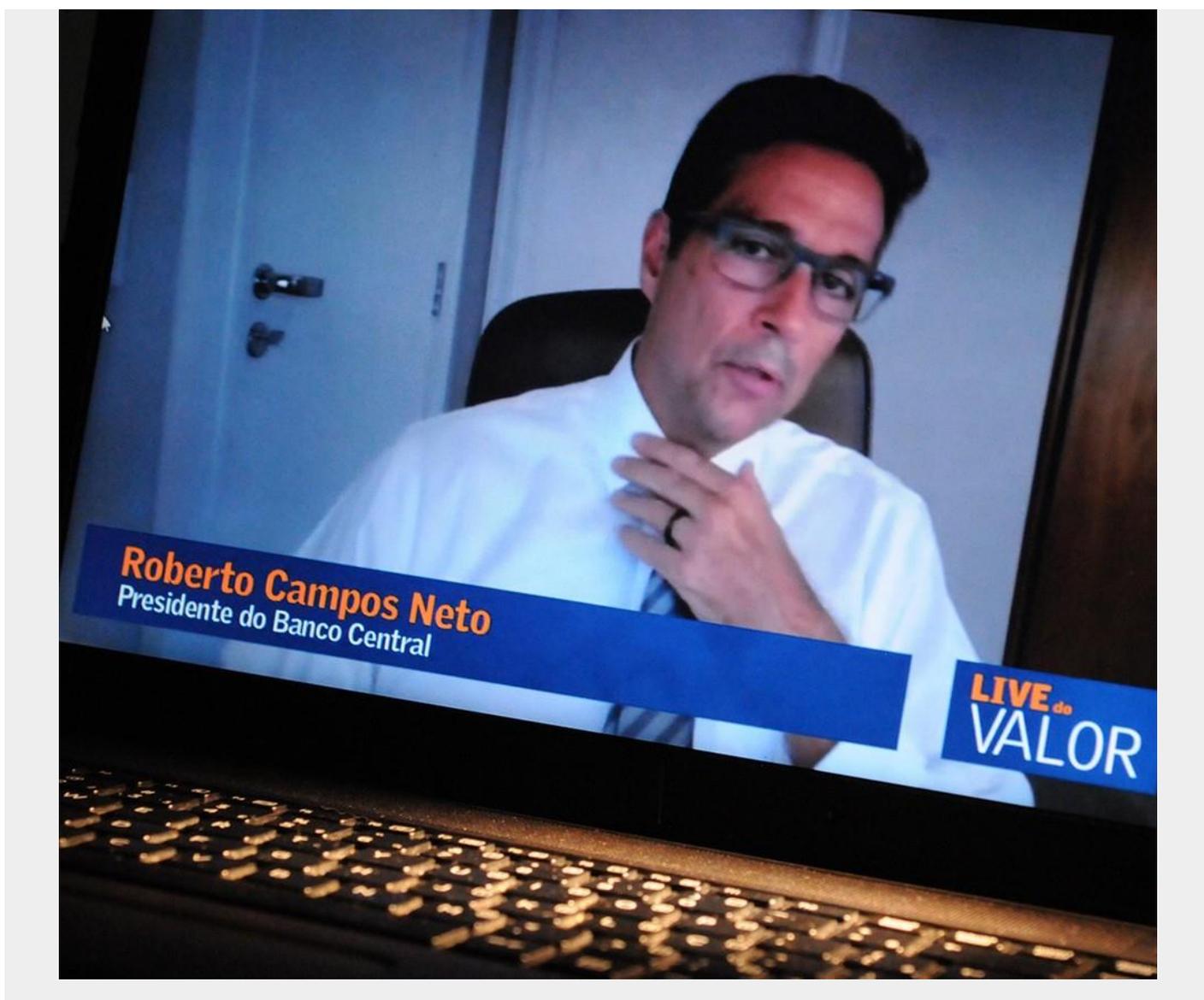


Campos Neto: BC mira 2022 e não ajustará meta de inflação

Para presidente do Banco Central, flexibilização afetaria credibilidade

Por Estevão Tair, Mariana Ribeiro, Lucinda Pinto e Cristiano Romero
De Brasília e São Paulo
05/10/2021 05h01 Atualizado há uma hora



Campos, do BC: riscos vindos da questão hídrica, que se somam ao ambiente de incerteza trazida pela crise de energia global

Foto: Leo Pinheiro/Valor

O Banco Central (BC) não vai tolerar uma inflação mais alta no curto prazo e deve subir a taxa de juros o quanto for necessário para buscar o cumprimento da meta de inflação em 2022. Essa foi a mensagem do presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto, na “Live do **Valor**” realizada ontem.

Segundo Campos, o BC não vai trabalhar com uma meta ajustada pensando em fazer uma convergência mais gradual da inflação, como defendem alguns economistas. Esse grupo argumenta que um aperto monetário muito intenso pode comprometer ainda mais a recuperação da atividade.

“Estamos mirando 2022. A Selic vai subir quanto for necessário, não vamos mudar arcabouço”, afirmou. “A forma de gerar credibilidade é perseguir a meta. Qualquer flexibilização afeta credibilidade, diminui a potência da transmissão da política monetária.”

Atualmente, a autoridade monetária mira 2022 e, em menor grau, 2023 para conduzir a taxa básica de juros. Para cada um desses anos, as metas de inflação são de 3,5% e 3,25%, respectivamente. Já a Selic está em 6,25% ao ano.

O presidente da autoridade disse acreditar que, com o ritmo atual de alta de juros, o BC levará a inflação às metas. E que, olhando para o índice acumulado em 12 meses, o ápice da inflação será observado no mês de setembro. Depois, a trajetória deve começar a desacelerar. “Vamos olhar para ver se os preços de serviços e os núcleos [medidas que excluem itens com preços mais voláteis] vão se comportar um pouco melhor”, disse.

Campos enfatizou que é importante debelar o processo de desancoragem das expectativas de inflação, porque esse é um mal muito grande para o povo. “É um imposto perverso, desorganiza a cadeia produtiva, o funding vai para o curto prazo, e aí o governo tem que subsidiar projetos longos. Já vimos esse filme.”

Sobre a crítica feita por alguns economistas de que a inflação mais alta hoje pode ser, em parte, consequência de um corte excessivo da Selic, para 2% ao ano em 2020, Campos lembrou que, naquele momento, o debate era sobre uma desancoragem das expectativas para baixo. E que o BC chegou a ser questionado por não cortar ainda mais os juros diante do impacto da pandemia.

“O cenário era de crescimento muito negativo, os contratos de juros de um ano estavam negociando abaixo de 1%”, disse. “Mas o cenário se modificou rapidamente, aquele quadro mais negativo que esperávamos não se concretizou e a economia se recuperou.”

Se a atividade surpreendeu positivamente, a inflação também subiu de forma mais rápida do que o BC esperava - fenômeno que se observa em vários países, segundo o presidente. Ele explicou que a expectativa era a de que, com a economia abrindo, haveria uma desinflação, por causa da mudança do consumo de bens para serviços. “Parece que houve um consumo mais estrutural de bens”, disse.

Especificamente sobre o Brasil, além da dinâmica do consumo, Campos enfatizou os riscos vindos da questão hídrica, que se somam ao ambiente de incerteza trazida pela crise de energia global. E deu grande importância à questão fiscal, tema que gera muita incerteza em relação à preservação do arcabouço, ou seja, o cumprimento do teto de gastos. “Precisamos virar a página para saber como vão ser o programa Bolsa Família e o auxílio emergencial”, afirmou, acrescentando que esses dois pontos e a dos precatórios e da reforma do Imposto de Renda “colidiram”.

Campos frisou que o BC não participa do debate fiscal. Mas ainda assim defendeu que o Brasil pode estar próximo de um ponto de inflexão “em que jogar mais dinheiro não necessariamente vai fazer com que economia cresça muito mais”. “Se jogar mais dinheiro for com uma percepção de destruição do arcabouço fiscal, o efeito de desorganização de preços e o

efeito que isso gera na economia vai ser mais forte que o efeito benéfico do novo dinheiro em circulação. Fazer mais pode significar fazer menos”, disse.

O presidente afirmou também que o “volume de incerteza de R\$ 40 bilhões, R\$ 50 bilhões para um lado ou para o outro, que é o precatório” atrapalha e disse que há tempo de o país fazer pequenas reformas, citando a reforma administrativa. Campos ainda voltou a destacar a melhora nas projeções para a dívida bruta. “Tínhamos uma expectativa de economistas falando de 95% do PIB”, disse. “O que está se configurando no fim de 2021 é dívida de 81%”, continuou, dizendo que o “equilíbrio é muito parecido com o que achávamos lá atrás [antes da pandemia]”.

Segundo ele, pouco menos da metade da melhora da dívida tem a ver com a inflação. Há também explicações mais estruturais, disse, citando aumento da receita recorrente. Essa melhora de percepção também se projeta para a frente, com os economistas calculando uma trajetória menor para a dívida, de acordo com ele. Campos citou também a possibilidade de o déficit primário ficar abaixo de 0,5% do PIB no ano que vem e destacou a importância do crescimento para a estabilidade das contas públicas.

Em outro momento o presidente do BC reforçou que foi mal interpretado no comentário que fez sobre a Petrobras em meados de setembro. Na ocasião, em evento promovido pelo BTG Pactual, disse que a autoridade monetária vinha olhando o repasse, “muito mais rápido”, de preços feito pela Petrobras do que em outros países.

“Isso [declaração no BTG] foi em um sentido positivo, de dizer que nossos reajustes são mais rápidos”, afirmou. “Em nenhum momento falei que era contra a Petrobras, mesmo porque não cabe ao BC comentar sobre política de preços.”

Ele relatou que “pessoalmente” é “contra políticas de subsídios” e que apoia “políticas que aproximem dos preços de mercado”.

Na agenda microeconômica, destacou que há ideias para diminuir o superendividamento das famílias no Brasil. Uma delas, conduzida pela senadora Kátia Abreu (PSD-TO), é de usar recursos do Fundo Garantidor de Operações (FGO). Essa é uma discussão do Tesouro Nacional com o Congresso, mas ele defendeu a importância de tratar do tema. A ideia é também continuar fazendo mutirões de renegociação de dívidas de tempos em tempos em troca de cursos de educação financeira.

Por fim, Campos voltou a dizer que está “tudo declarado” em relação à sua empresa offshore, abordada na série de reportagens “Pandora Papers”. “Inclusive tinha um acesso público pelo site do Senado”, disse. “Eu não fiz nenhuma remessa para a empresa em nenhum momento desde que cheguei ao governo. Eu não fiz nenhum investimento financeiro em nenhuma empresa.” Para ele, é importante esclarecer o assunto e “seguir adiante” com a agenda.
